



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PDL 0034/2019

Marcos Martins nasceu em Jandaia do Sul, interior do Paraná, onde trabalhou na roça desde os sete anos para ajudar a família. Em sua infância, teve seus primeiros contatos com a política, já que sua mãe fazia reuniões da liga camponesa em sua casa.

Com seu senso de justiça social em desenvolvimento, Martins questionava porquê os alimentos cultivados por sua família eram vendidos no mercado por um valor muito superior ao que lhes cabia, já que recebiam quase nada pela produção. Participava de reuniões com amigos e conhecidos para debater questões políticas e sociais.

Quando se mudou para Osasco passou a se reunir com outros trabalhadores, com vizinhos e com padres operários para ajudarem mutuamente. Naquela época, a busca por emprego consumia todos os: esforços dos trabalhadores e muitos não tinham condições de passar na prova do SENAI, essencial para quem procurava por uma oportunidade na indústria.

Marcos ajudou a desenvolver uma cartilha e, a partir de então, seus companheiros puderam estudar e trabalhar. Devido à intervenção militar o grupo ficou impossibilitado de se reunir na unidade de saúde do bairro, local onde ministravam voluntariamente as aulas. Martins mantinha boas relações com todos e não tardou a receber o convite do padre operário Domingos Barbé, para que o grupo usasse o salão da igreja.

Marcos Martins passou a estreitar sua relação com a pastoral operária, uma vertente extremamente combativa da Igreja Católica, em especial na pessoa de Barbé. Mais tarde Martins formou-se em Administração de Empresas e começou a trabalhar como bancário. Foi um dos fundadores da Regional do Sindicato dos Bancários em Osasco, da qual se tornou coordenador em 1979, além de ajudar a fundar a CUT e o Partido dos Trabalhadores.

Casou-se com Sueli Barca e tornou-se pai de Luanda, Marcos e Hércules. Foi vereador em Osasco por cinco mandatos, até ser eleito, em 2006, deputado estadual, reeleito em 2010, e assumido seu terceiro mandato, em 2015. Durante toda sua vida parlamentar, Marcos Martins mantém seu compromisso com o bem-estar e a saúde da população paulista, em especial da classe trabalhadora. Esta é uma bandeira que o deputado carrega por muitos anos, desde que teve contato com trabalhadores de grandes empresas que estavam adoecendo ou morrendo por consequência da exploração de sua mão de obra.

Como vereador e deputado, propôs e aprovou leis relevantes para a população de todo o estado. Ajudou a fundar a ABREA (Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto) e encampou a luta destes trabalhadores conquistando a aprovação da Lei 12.684/07, de sua autoria, que proíbe o amianto no estado de São Paulo. Em consequência do trabalho dedicado às vítimas do amianto, o deputado foi procurado por outras entidades representativas, de expostos ao mercúrio metálico (AEIMM); de vítimas do câncer (grupo Oncovida); portadores de fibromialgia e expostos ao benzeno, só para citar alguns exemplos.

Marcos Martins conseguiu atender boa parte destas entidades ao proibir o uso de mercúrio em equipamentos hospitalares com a Lei 15.313/14; criar a Lei 15.461/14 que, estabelece um dia de conscientização da fibromialgia; conquistar um centro de tratamento do câncer do ICESP para atender Osasco e região e defender trabalhadores expostos ao benzeno com a Lei 16.656/18, que dispõe sobre a proibição de que postos de abastecimentos de combustíveis abasteçam os veículos após ser acionada a trava de segurança das bombas.

Além disso, o deputado conta com algumas outras leis estaduais aprovadas, sendo elas a Lei 14.481/11, que classifica a visão monocular como deficiência visual no Estado; a Lei

13.448/09, inserindo o Dia Mundial do Tai Chi Chuan no calendário oficial; a Lei 13.414/09, que insere a Festa de Santo Antônio no Calendário Turístico estadual; e a Lei 14.012/10, que institui o Dia do Cipeiro. Em 2016 a Assembleia Legislativa aprovou resolução de autoria de Marcos Martins, instituindo o Prêmio Inezita Barroso, uma homenagem do legislativo paulista às personalidades ou grupos que se destacam na promoção da cultura genuinamente caipira.

O deputado também possui outros projetos que tramitaram na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), mas ainda não foram aprovados ou foram vetados pelo governador, como a implantação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas de Ensino Básico; a transformação dos piscinões em área de lazer e o projeto que prevê assistência técnica de engenheiros e arquitetos às moradias de baixa renda. Em alguns casos, ainda cabe tentar derrubar o veto.

Na Alesp, o parlamentar ainda presidiu a Comissão de Saúde entre 2011 e 2013, quando visitou dezenas de hospitais para fiscalizar o descaso do governo estadual, buscando melhorar o atendimento em toda a rede. Foi membro das comissões de Relações de Trabalho e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde se empenhou para fiscalizar a destinação de resíduos sólidos e combater o projeto do governo de privatização dos parques estaduais. Em seu atual mandato, atua novamente na Comissão da Saúde e na Comissão de Meio-Ambiente, em ambas como membro efetivo.

Em sua trajetória de vida e luta, Martins apoiou ainda o movimento contra os pedágios abusivos no estado e coletou assinaturas para um pedido de CPI de investigação dos contratos da Sabesp. Recentemente, Martins se colocou ao lado dos alunos que ocuparam o plenário da Alesp pedindo a implementação da CPI da Merenda e do deputado federal Nilto Tatto no combate ao uso abusivo de agrotóxicos. Por onde passa, Martins tem coletado assinaturas em um abaixo-assinado para impedir o avanço do Pacote do Veneno, em Brasília.

Outras importantes conquistas dos mandatos do deputado foram a implantação de uma unidade do Poupatempo para atender Osasco e região; o encaminhamento de emendas parlamentares para inúmeros municípios da grande São Paulo e interior paulista; um centro de Hemodiálise para o Hospital Regional e uma UTI infantil para o Hospital Municipal de Osasco, além do apoio aos trabalhadores servidores da saúde na conquista da redução de jornada para 30 horas. Com uma vida pessoal que não se distingue de sua atuação política, especialmente na defesa das causas sociais, nosso deputado está cada vez mais combativo e engajado.

Assim submeto este projeto de lei para análise e aprovação.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 24/04/2019, p. 72

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.